

Baker fala em negociação mais flexível e agrada ao Brasil

FÁBIO PAHIM JR.
Enviado especial

WASHINGTON — O secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, fez ontem o mais importante pronunciamento — no que diz respeito ao Brasil — na 42ª assembleia geral do FMI/Bird: um relato completo das possibilidades de negociação da dívida, dando seu apoio, desde que não haja nada acordado para curto prazo. “É uma programação para 20 anos”, segundo fonte do governo.

Além das opções para negociação — incluindo-se aí empréstimos para projeto e comércio e provisões para empréstimos destinados ao setor privado, bônus de “dinheiro vi-

vo”, títulos ou bônus para serem convertidos em capital de risco, **exit bonds**, conversões de dívidas em capital, conversões de títulos de dívida em moeda local para organizações de caridade, capitalização voluntária de juros em casos específicos e empréstimos para financiar balanço de pagamentos —, Baker anunciou que os Estados Unidos apóiam um aumento de capital do Banco Mundial (que, como se sabe, estará entre US\$ 40 e 80 bilhões — o que equivaleria a dobrar o capital da instituição).

O pronunciamento de Baker centrou-se na flexibilização — o que interessa diretamente ao País, reafirmando que o papel central do Fundo Monetário Internacional na estratégia para as dívidas externas. Mas,

para isso, “precisa adaptar suas políticas às circunstâncias mutáveis e necessidades dos seus sócios”. Em particular, o FMI precisa ter atenção com as necessidades de promover o desenvolvimento a longo prazo, simultaneamente à correção dos desequilíbrios de curto prazo. “Para estes fins, eu proponho um pacote de mudanças nas políticas e empréstimos do Fundo”, acrescentou.

Baker defendeu a criação de uma nova modalidade de empréstimos (**facilities**) de contingência. O motivo: os efeitos adversos dos programas **stand-by**. Essa nova modalidade, segundo o secretário do Tesouro, precisa ser complementada por outras mudanças com o objetivo de reforçar a orientação para o desenvol-

vimento dos programas do Fundo. Sua proposta é de programas de 18 meses ou mais para ajudar os países devedores na promoção do desenvolvimento e na correção dos desequilíbrios de pagamentos.

Além disso, sugere que o monitoramento não ocorra mais em períodos de três, mas sim de seis meses. Os bancos comerciais, assinalou, devem olhar mais para as políticas macroeconômicas do que para as regras rígidas de desembolso de recursos pelo FMI. “Em lugar de preocupação com fórmulas mecânicas, os bancos devem focar apropriadamente as políticas para restaurar o crescimento econômico e o valor dos créditos e manter a flexibilidade com relação aos fluxos financeiros.”